

Diagnóstico do Desporto Escolar em Portugal

Em Portugal, e em termos genéricos, a escola deveria assumir um papel essencial no processo de formação desportiva de base, já que todos os jovens a frequentam até à adolescência e por muitos deles não terem acesso aos clubes desportivos - ou porque na sua zona de residência estes não existem, não têm a modalidade pretendida ou exigem mensalidades demasiado elevadas para as suas posses.

Deste modo, seria importante haver um mecanismo que permitisse a criação de alternativas de qualidade para os jovens que demonstrassem um sério interesse e aptidões excepcionais para a prática de uma modalidade ou disciplina desportiva.

Se nos reportarmos à legislação existente, verificamos que a Lei de Bases do Sistema Desportivo atribui ao Desporto na Escola e ao Desporto de Alta Competição identidades próprias. Nesta Lei, não se prevêem formas de cooperação bem definidas, deixando assim, ao sabor dos interlocutores que vão passando por esses lugares de chefia a definição das formas de relacionamento entre cada um dos subsistemas.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º165/96 de 5 de Setembro, consagra a existência de um Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE), a quem cabe, entre outras competências, planejar, apoiar, orientar e avaliar os diversos programas, projectos e actividades desportivas.

Todavia, e como reconhece o próprio GCDE, a existência do Desporto na Escola não pode estar condicionada ao tipo de apoio que este pode conceder, pois, como é sabido, este não detém recursos humanos, materiais e financeiros para suportar sozinho o desenvolvimento das inúmeras modalidades existentes no Desporto Escolar.

É necessário, então, que se construam parcerias entre os estabelecimentos de ensino, os clubes, as associações regionais e as federações, para a implementação de programas de incentivo, promoção, mobilização, selecção, orientação e formação dos jovens praticantes.

Não havendo uma articulação coerente entre a escola e as federações ou mesmo com os clubes e autarquias, haverá, de certo, um desperdício dos talentos, pois aos jovens que apresentam maiores capacidades e vocação para a prática de certas modalidades não lhes são dadas outras alternativas para além dos programas curriculares existentes, acabando, isso sim, por se verificar um desinteresse pela prática desportiva ou mesmo o abandono.

No que se refere ao Desporto Escolar, é necessário quebrar as barreiras existentes, ou seja, proporcionar ao maior número possível de jovens a sua integração, não limitando a participação de atletas federados, dando oportunidade ? troca de experiências entre os mais e os menos dotados.

Chegados a este ponto da nossa reflexão e contributo crítico, cabe perguntar se a contribuição da escola à educação e à formação desportiva dos jovens se esgota no actual modelo de Desporto Escolar. Se não será possível conceber um outro modelo mais satisfatório - para a comunidade educativa, para o associativismo desportivo, para a afirmação do país no concerto das competições internacionais e, sobretudo, para as próprias crianças e jovens em idade escolar. Não será a escola, por falta de questionamento e de debate, a primeira vítima de um modelo que já se demonstrou exausto?